

L-8

## ATA DA 14º REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL SÃO JOAQUIM, REALIZADA EM DEZESSEIS DE JUNHO DE 2016

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, na Sede Administrativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, deu-se início a Reunião às quatorze horas e dezessete minutos. Compareceram: Sr. Paulo Santi Cardoso da Silva, analista do ICMBio, chefe do Parque Nacional de São Joaquim, Sr. Michel, analista ambiental lotado no Parque Nacional de São Joaquim, Sra. Silvia Maria Martins, recepcionista do Parque Nacional de São Joaquim, Sr. Pedro Volkmer de Castilho, representante titular da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Sr. André Luiz Fernandes, representante titular da Fundação do Meio Ambiente – FATMA, Sra. Vanessa Matias Bernardo, representante suplente da Fundação do Meio Ambiente, Sr. Josemar Fernando Damaceno, representante titular da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra, Sr. Alexandre Bonin Baggio, representante titular da Prefeitura Municipal de Grão Pará, Sr. Sérgio José de Lima, representante titular da Prefeitura Municipal de Urubici, Sr. Guilherme Doneda Janini, representante suplente do Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE, Sr. Sérgio Sachet Júnior, representante titular do Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza – ISECON, Sr. José Marcos Hack Barreto, representante suplente do Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza – ISECON, Sra. Eliana dos Santos Alves, representante Suplente da associação dos Proprietários de reserva particulares do Patrimônio Natural de Santa Catarina – RPPN Catarinense, Sr. Henrique Brognoli Martins, representante suplente dos moradores da localidade de Santa Bárbara no Município de Bom Jardim da Serra, Sr. Jaime Kemper representante titular dos moradores das localidades de Barrinha do Aiurê, Capivaras Altas e Serra Furada, Sr. Alcindo Hoffmann, representante dos moradores das localidades de Três Barras e Rio Hipólito, Sr. Luiz Spricigo, representante titular das localidades de Rio do Bispo, Canudo, Morro da Igreja, Santo Antônio das Vacas Gordas e Santa Bárbara, Sr. Arzão Marconde Oliveira Rodrigues, representante suplente das localidades de Rio do Bispo, Canudo, Morro da Igreja, Santo Antônio das Vacas Gordas e Santa Bárbara Município de Urubici. Como participantes externos Sra. Alessandra M. Mathias, Sr. Denilson de Oliveira, Sra. Flávia Souza, Sr. May... Luiz de Souza, Sr. Guilherme Valente de Souza e o Sr. André Freecia. O Sr. Paulo Santi Cardoso da Silva da início a reunião se apresentando ao Conselho e pedindo que se apresentem. **1. Entrega do Termo de Posse:** O Sr. Paulo faz a entrega do Termo de posse para aos membros que não compareceram na reunião passada, onde o Sr. Pedro Volkmer de Castilho toma posse como titular da UDESC, Sr. André Luiz Fernandes como titular da FATAMA, Sra. Vanessa Matias Bernardo suplente da FATMA, Sr. Sérgio Sachet Júnior como titular da ISECON, Sr. José Marcos Hack Barreto, Sr. Henrique Brognoli Martins como suplente dos moradores da localidade de Santa Bárbara Município de Bom Jardim da Serra. **ASSUNTOS EM PAUTA: 2. Aprovação da ATA da – 13º Reunião do Conselho Consultivo do Parna de São Joaquim. 3. Lei 13.273, de 15 de abril de 2016, que altera os limites do Parque Nacional São Joaquim, que se iniciou com o Deputado**

b

Antonio Carlos Konder Reis, em 2001 recebimento na Comissão de Defesa do Consumidor, 2002 recebimento e apreciação e deferido na Comissão de Justiça e Cidadania, 2003 recebido e deferido na Comissão de Defesa do Consumidor Meio Ambiente e Melhorias, 2004 o senado recebe e aprova o substitutivo, nesse ponto ele passa a ter o desenho proposto hoje, em 2001 previa a diminuição do tamanho do Parque. Ainda em 2004 passa para apreciação da Câmara dos Deputados e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, são processos eletrônicos e quando começam a tramitar é feito automaticamente, 2005 aprovação do Projeto de lei substitutivo pela Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, fica parado por sete anos, retomado em 2012 com requerimento de inclusão na ordem do dia e em 2016 pedido como requerimento de emergência pelos líderes de partidos. O Sr. Paulo cita que todos estavam cientes e concordaram com ressalva a FATMA – Fundação do Meio Ambiente que sempre se posicionaram contra a inclusão do Parque Estadual da Serra Furada no Projeto de Lei. A Sra. Vanessa cita que não foram realizadas audiências públicas e a população não foi consultada. O Sr. Paulo explica que a necessidade de audiências públicas são previstas inicialmente na lei para a ampliação e diminuição e nesse caso foi uma alteração, e que nas casas que tramitou deve ter sido permitido este tramite por lá, já que não passou pela nossa instância. O Sr. Henrique pede a palavra para fazer uma colocação, segue dizendo que o processo foi iniciado no Município de Bom Jardim da Serra, por meio de lideranças locais quando tomaram conhecimento pelo jornal Diário Catarinense, de 01/03/1999, que o IBAMA iria promover a demarcação do PNSJ, com recursos de um convênio com a TBG. Ressaltou que então se uniram para elaborar um pedido de redução de área do PNSJ, apenas de Bom Jardim da Serra, pois passados 40 anos da criação do Parque, havia uma premente necessidade de reavaliação da reserva em Bom Jardim da Serra, uma vez que parte dos atributos iniciais já estavam alterados, assim como a ocupação demográfica, o desenvolvimento rural e a imprecisão dos limites contribuíam para isto. Esclareceu que a proposta foi elaborada pela Associação de Moradores de Santa Bárbara do Socorro e levada ao então Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores, ao Sindicato Rural de Bom Jardim da Serra, à FAESC e CNA. Informou ainda que embora se tratasse de uma matéria difícil aceitabilidade por parte de um legislador, a proposição obteve o fundamental apoio do então eminente Deputado Antônio Carlos Konder Reis, um ex-governador que tanto conhecia as questões catarinenses, avaliou o assunto durante seis meses resultando no Projeto de Lei 4589/2001 que era uma questão de justiça com os atingidos, o qual foi aprovado na Câmara Federal, em dezembro de 2002. Mencionou o Sr. Henrique que quando o PL passou a tramitar no Senado Federal foi proposto um Substitutivo ao PL inicial, por orientação do Ministério do Meio Ambiente – MMA, sendo que o próprio Ministério entregou ao Senado uma proposta de poligonal para o PNSJ, com 598 coordenadas geo-referenciadas abrangendo toda área do Parque, não só de Bom Jardim da Serra como era o PL original, mas que grande parte da poligonal tinha limites imprecisos. O referido Substitutivo foi aprovado pelo Senado Federal, em novembro/2004, retornando à Câmara Federal ficou tramitando naquela Casa até março de 2016, quando finalmente virou a Lei nº 13.273, de 15 de abril de 2016. Alega o Sr. Henrique que durante os quatorze anos em que o Substitutivo tramitou o MMA, por

meio do IBAMA e depois o ICMBIO poderia ter aberto a discussão sobre a poligonal proposta em consideração aos proprietários atingidos, aos municípios envolvidos e aos trabalhadores das comunidades dentro e do entorno do Parque, dada imprecisão dos limites estabelecidos pelo Decreto de 1961 que criou o PNSJ e o tempo decorrido, hoje 50 anos. Informou que a Associação de Moradores de Santa Bárbara do Socorro foi ouvida, mas ela abrange uma parte do município, mas que outros proprietários não só em Bom Jardim da Serra como nos outros municípios deveriam também ser ouvidos já que Substitutivo abrangia toda a reserva pretendida com limites eram imprecisos. Lembrou ainda, que em agosto de 2005, quando o Substitutivo já tramitava Câmara Federal, houve uma Audiência Pública, realizada em Urubici, promovida pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina a qual focava a delimitação do Parque e que mesmo convidado o Sr. Luiz Alberto do então IBAMA/Urubici não participou. Enfatizou o Sr. Henrique que mesmo com a criação do Conselho Consultivo do Parque Nacional de São Joaquim, em junho de 2011, os representantes dos atingidos, não tiveram nenhuma oportunidade em discutir a formatação da poligonal proposta no Substitutivo, não se apresentou nenhum estudo que embasasse a criação do PNSJ, razão pela qual persiste o nosso entendimento que a criação do PNSJ esta fundamentado apenas na beleza cênica. Por esta falta de dialogo, passados cinqüenta e cinco anos da edição do Decreto do PNSJ e dezesseis anos desde que propusemos o Projeto de Lei 4589/2001 estamos ainda com conflitos nas questões relativas a demarcação. Por fim, outro fato que deve ser mencionado relata o Sr. Henrique é que os proprietários continuam sendo penalizados em razão não poderem realizar financiamentos apresentando suas terras como garantia e até mesmo impedidos de conectar novas ligações de energia elétrica o que contrariando o Programa Luz para Todos do Governo Federal. O Sr. Paulo diz que o Ministério do Meio Ambiente leva em consideração as belezas cênicas da região. O Sr. Enrique diz que muitos proprietários ainda vivem sem energia. O Sr. Paulo diz que discorda dessa informação e que as pessoas que residem e tem infraestrutura no Parque tem iluminação e pede para que quem não tenha entrar em contato com ele, acrescentando que com as novas limitações começa as melhorias no Parna, incluindo o Plano de Manejo que não poderia ter inicio antes das novas limitações, sendo assim agora se pode dar inicio aos trabalhos do Plano de Manejo, mesmo havendo alguns proprietários insatisfeitos para a gestão do Parna é um grande avanço no seu entendimento como gestor. Na Lei 13.273 a área passa a ser de 49.800 hectares com um aumento de 500 hectares, quanto à sobreposição ao Parque Estadual Serra Furada e Eco museu Serra do Rio do Rastro, que existe varias opções de parcerias para serem usadas sem que haja grandes problemas. A Sra. Vanessa diz que o Parque Estadual Serra Furada já tem Plano de Manejo, já está com sua área toda indenizada, e que a FATMA – Fundação do Meio Ambiente nunca foi consultada e agora o Parque ficou dividido em duas glebas, que parte da área do Parque Estadual foi adquirida na década de 50 depois de um incêndio na Serra Geral, sendo objetivo restaurar área incendiada com a colaboração do Instituto Nacional do Pinho, e a FATMA sempre foi contra inclusão do Parque Estadual e que houve uma diminuição de área preservada. O Sr. Paulo coloca que está preparando uma ação conjunta com a FATMA, pois embora a área esteja sobreposta sendo uma situação difícil, mas o objetivo é

comum e será algo a se resolver. O Sr. André pergunta se já foi enviado um ofício a FATMA informando sobre a alteração dos limites e a sobre posição. O Sr. Paulo responde que ainda não foi possível, que informou apenas as prefeituras incluindo a de Lauro Muller que entrou na área do Parque Nacional de São Joaquim. O Sr. Enrique pergunto a Sra. Vanessa se a FATMA se manifestou ao Ministério do Meio Ambiente contra a mudança de limites. A Sra. Vanessa responde que sim, o MMA respondeu que não tinha conhecimento da sobreposição e que a FATMA se articulasse politicamente. A Sra. Vanessa concluiu que agora é necessário sentar e conversar a respeito. O Sr. Paulo concorda dizendo que o melhor é unir forças para iniciar um acordo de parceria, e que a preservação seria eminente no parque estadual e no eco museu que é uma área de aproximadamente cinco mil hectares. A Sra. Vanessa explica que foi feito um estudo e que inicialmente seria criado o Parque Estadual Serra do Rio do Rastro, mas Lauro Muller foi contra e então foi criado o eco museu. O Sr. André pergunta quais são os levantamentos ou critérios usados e quem faz esses levantamentos para a criação de Parques. O Sr. Paulo explica que pode ser apresentado por alguém da sociedade civil, mas desconhece todos os tramitem necessários, e que a entrada de Lauro Muller não foi bem aceita pela mídia. O Sr. Sérgio Sachet comente que agora é necessário incluir os proprietários de Lauro Muller no Conselho Consultivo. O Sr. Paulo diz que tem que levar a proposta a prefeitura e proprietários e que seria bom o Conselho se manifestar. O Sr. Sérgio Sachet levanta questão de que terão que consultar o Regimento Interno para verificar se é possível disponibilizar duas cadeiras para Lauro Muller. A Sra. Vanessa sugeriu que seja feita uma revisão no Regimento Interno do Conselho. O Sr. Sérgio Sachet acrescenta que não foi apresentado ao Conselho os novos limites e que nem sabiam que entraria outro município. O Sr. Paulo diz que realmente é necessária a inclusão de Lauro Muller no Conselho. O Sr. Sérgio Lima que fará um ofício pedindo uma lista com os proprietários já indenizados e também os proprietário que agora fazem parte do Parque Nacional de São Joaquim. O Sr. Paulo diz que a Empresa chamada Iguatemi está sendo contratada para fazer esse trabalho que tem os nomes somente dos que já foram indenizados, mas que assim que tiver está lista será repassada a informação aos Conselheiros. O Sr. Enrique questiona a respeito de entrar nas propriedades sem a autorização dos proprietários. Onde o Sr. Paulo responde que se for a serviço do governo não é necessário, mas que é um detalhe que será pensado. Em seguida o Sr. Paulo mostra o shape com mudança nos limites do Parque. Onde o Sr. Enrique diz que foi apresentado outro mapa ao Congresso, que a proposta inicial era desonerar áreas, que sairiam algumas áreas da região. O Sr. Paulo segue mostrando o Shape com os limites apresentados na ultima reunião do Conselho, acrescentando que agora o canyon do Funil faz parte do Parna de São Joaquim. O Sr. André pergunta sobre as indenizações. O SR. Paulo diz que foram realizadas seis durante este ano e que tem mais uma que está em fase de conclusão. O SR. Sérgio Sachet pede para que seja disponibilizado para o Conselho o Shape com a evolução das áreas já consolidadas, e o percentual já adquirido. O Sr. Paulo diz que vai providenciar e enviar. O Sr. Michel responde que aproximadamente 25%. O Sr. Luiz pergunta sobre que terrenos que tem metade ou uma parte dentro e outra fora do Parque como são feitas as negociações para compra. O Sr. Michel responde que vai depender do tamanho que vai ficar fora, se de

100 hectares apenas 30% ficar fora é provável que seja feito a compra total já o contrário não. **4. Plano de Manejo Parque Nacional de São Joaquim:** Dando continuidade o Sr. Paulo expõe sobre o Plano de Manejo da UC, Lei 985/2000 SNUC que prevê o Planejamento, zoneamento e seus programas, atividades complexas e com gasto, contratação de pessoas para elaborar, e que há muito tempo estão tentando elaborar o Plano de Manejo, houve uma tentativa em 2012 para um Plano de Manejo mais simplificado, mas só em 2014 que se deu início a uma parceria entre ICMBio e os Estados Unidos – Fondation Document, para a elaboração do Planos de Manejo usando os métodos já usados nos Parques Americanos métodos esses mais simples e rápidos que os usados. O Parna de São Joaquim e na Reserva Marinha do Soure foram contemplados com este modelo de Plano de Manejo. O Sr. Sérgio Sachet pergunta se realmente acontecerá. Onde o Sr. Paulo responde que todo cenário pode mudar, mas que a princípio hoje a resposta é sim, já está sendo locado lugar para realização do Workshop se realizará em entre os dias 15 a 19 de agosto aqui em Urubici em local ainda a confirmar. Iran participar do Workshop a equipe do Parna – Brigadistas, ex gestores do Parna, coordenação Regional 9, COMAN e ICMBio sede Brasília com sete servidores, a ordem de serviço já está em vias de publicação, a Sra. Érica Coordenadora está a frente, o Workshop será destinado tanto ao público técnico como também para leigos e também terá alguns convidados especiais. Na reunião desta data serão definidos os grupos de trabalho e está oficina servirá para compilar informações para construção do Plano de Manejo, e os participantes deveram se comprometer e realmente participar, deverá ter disponibilidade integral ao Workshop, haverá tradutores, pois será em Inglês, poderá mudar a data o que será previamente informado, haverá disponibilidade de hospedagem e alimentação ainda não confirmada. Composição do Grupo de trabalho: 1 Proprietário; 1 Órgão Público; 2 Sociedade Civil; 1 Universidades. Será apresentado em assembléia para analise. O Sr. Luiz pergunta se o Plano de Manejo inclui o entorno. O Sr. Paulo explica que até prevê, porém é só um indicativo e será priorizada a área interna do Parque, sem delimitar quaisquer questões de uso da área, ressalta a responsabilidade do Grupo. O Sr. Pedro explica que o Grupo de Trabalho vai além do Workshop que tem que haver um entrosamento entre o Grupo de Trabalho que o tempo é curto e que no mês de julho e complicado para ele, que de acordo com outras experiências que já teve só para o regimento já foi extremamente difícil, a população vai poder interferir, se manifestar, não ter conhecimento do método Americano. O Paulo diz que haverá um dia para estudo de mapas, é que o Plano de Manejo pode ser modificado o que é muito bom. O Sr. Michel diz que é importante informar que os recursos em grande parte estão vindos dos Americanos. O Paulo explica que os recursos do ICMBio estão temporariamente bloqueados, que não teríamos recursos para efetuar o Plano de Manejo agora, pois os métodos usados aqui envolvem muitas empresas, informações científicas e que seria inviável por em pratica. O Sr. José Marcos pergunto se os condutores poderão participar. O Sr. Paulo responde que sim, que os condutores e os brigadistas irão participar, pois possuem grande conhecimento e podem auxiliar bastante. O Sr. Sérgio Sachet pergunta se a Aeronáutica também ira participar. O Sr. Paulo responde que é de extrema importância, pois eles também têm que concordar, que a pretensão e ter um grupo bem representado. **5. Formação dos Grupos de Trabalho:**

O Sr. Paulo pergunta quais os proprietários têm interesse de participar, e se não tiver ninguém disponível não será obrigada a participar, porém se concordar em participar terá que ser até o fim do Workshop sem suplentes. O Sr. Enrique explica que como mora em Florianópolis seria difícil sua participação, sugere então a participação do Sr. Arzão que mora aqui e também por o Município de Urubici ter mais áreas indenizadas. Onde ficou decidido então pelo Sr. Arzão Marconde de Oliveira Rodrigues como representante dos proprietários, o Sr. Alexandre Bonin Baggio representante da Prefeitura de Grão Pará, A Sra. Eliana dos Santos Alves representante das Reservas Particulares do Patrimônio Particular - RPPNs, o Sr. Sérgio Sachet Júnior representante do Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza – ISECON e o Sr. Pedro Wolkmer de Castilho representante das Universidades. O Sr. Paulo diz que haverá distribuição de tarefas e criação de um grupo de e-mail para que possa repassar as informações para o grupo. O Sr. Sérgio Sachet sugere que o Sr. Jordan e a Sra. Marta pelo grande conhecimento que possuem. O Sr. Sérgio Lima pergunta a respeito da Câmara que ficara no Morro da Igreja se será autorizado ou se existe uma previsão. O Sr. Paulo responde que como se trata de obtenção e uso de imagem, se tem fins lucrativos tem que pagar taxa e se não pagar é multado em cerca de R\$ 1.500,00 por dia. O Sr. Sérgio pergunta se for feito no site da Prefeitura a titulo de informação seria possível. O Sr. Paulo diz que pode tentar, mas mesmo assim terá que passar por análise do ICMBio, porém se adequar ao site da prefeitura possa ser mais fácil. O Sr. Sérgio Lima sugere que colocassem Lunetas semelhantes as do Mirante da Serra do Rio do Rastro. O Sr. Paulo diz que este assunto pode ser tratado no Plano de Manejo do Parque para ver detalhes. O Sr. Paulo fala para o Sr. Sérgio Sachet sobre a consulta ao ICMBio Brasília sobre a suspensão das atividades dos condutores e a Instrução Normativa, e que a resposta foi que não seria viável no momento e que seria melhor esperar a Plano de Manejo da Unidade. O Sr. Pedro diz que importante dialogar, negociar e não focar somente em um município, tentar mostrar as coisas as coisas, pensar em alternativas sem criar atritos mostrando o que pode e o que não pode. O Sr. Paulo coloca que é importante que todos cheguem desprendidos de atritos passados e que o Plano de Manejo é uma das questões mais importantes para orientar normativas para visitação. Sr. Sérgio pergunta de sobre o processo de mudança de nome do Parque. O Sr. Paulo diz que foram feitas consultas a DIMAN e a resposta foi que o ICMBio não vai iniciar o processo de mudança, porém se o Sr. Sérgio quiser pode tentar, mas não é uma demanda da Unidade, porém se for para encaminhar ou repassar qualquer documento para a Coordenação a Parque fará sem problemas. **6: Propostas de Pautas para 15º Reunião.** Ainda sem data prevista, e não será possível realizar antes do Workshop, podendo se realizar em setembro, e em outro município, avaliando o município de Orleans, na UNIBAVE período da tarde. Nada mais havendo o Senhor Chefe do Parque Nacional de São Joaquim encerrou a reunião e para constar, eu, Silvia Maria Martins Silvia Maria Martins, recepcionista do PNSJ lavrei a presente, que lida e aprovada será assinada.

**Paulo Santi Cardoso da Silva**

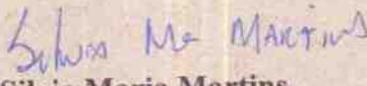
Chefe PNSJ – Presidente do Conselho Consultivo do PNSJ

  
**Michel Tadeu R. N. de Omena**

Analista Ambiental – PNSJ

  
**Pedro Volkmer de Castilho**

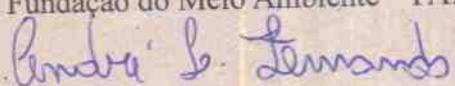
Universidade do Estado de Santa Catarina

  
**Silvia Maria Martins**

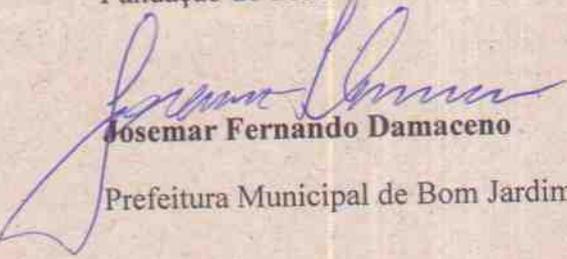
Recepcionista – ICMBio

**André Luiz Fernandes**

Fundação do Meio Ambiente – FATMA

  
**Vanessa Matias Bernardo**

Fundação do Meio Ambiente – FATMA

  
**Josemar Fernando Damaceno**

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra

**Alexandre Bonin Baggio**

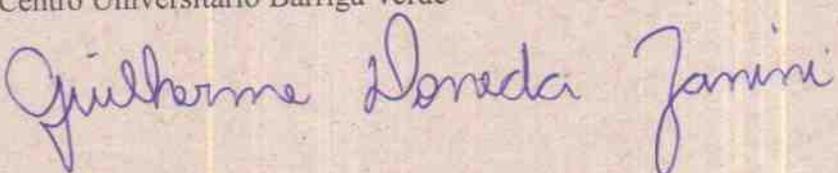
Prefeitura Municipal de Grão Pará

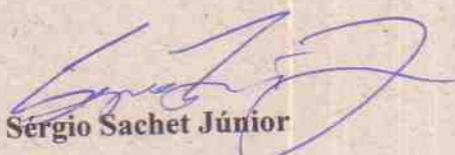
**Sérgio José de Lima**

Prefeitura Municipal de Urubici

**Guilherme Doneda ~~Jamini~~ ZANINI**

Centro Universitário Barriga Verde

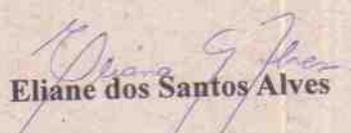


  
**Sérgio Sachet Júnior**

Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza

**José Marcos Hack Barreto**

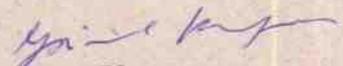
Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza

  
**Eliane dos Santos Alves**

RPPN Catarinense

  
**Henrique Brognoli Martins**

Proprietários de Imóveis Santa Bárbara, Município de Bom Jardim da Serra

  
**Jaime Kemper**

Proprietários de Imóveis Barrinha do Aiurê, Capivaras Alta e Serra Furada

**Alcindo Hoffmann**

Proprietários de Imóveis Três Barras e Rio Hipólito

**Luiz Spricigo**

Proprietários Imóveis Rio do Bispo, Canudo, Morro da Igreja, Santo Antônio das Vacas Gordas e Santa Bárbara

  
**Arzão Marconde Oliveira Rodrigues**

Proprietários Imóveis Rio do Bispo, Canudo, Morro da Igreja, Santo Antônio das Vacas Gordas e Santa Bárbara.